

EDITORIAL

Os conselhos municipais de educação: a democracia em debate

Paulo Gomes Lima – UFSCar-Sorocaba*

Bobbio (1998, p.8) diz que se “[...] democracia é participação dos cidadãos, uma participação insuficiente debilita-a.” A suficiência da participação, no entanto, não é, para o autor, objeto de mensuração reducionista acerca dos contornos da democracia, isto é, a participação suficiente é aquela que efetivamente representa, que não abre mão da vez, voz e voto em processos de interesse dos grupos de cidadãos e que entende que, os encaminhamentos convencionados não podem ser escanteados por visões particularistas, ainda que bem intencionados.

As experiências mundiais que envolvem colegiados representativos mostram que, embora não seja a forma perfeita de encaminhar situações sobre a vida da cidade em suas múltiplas dimensões, é a mais aproximada da perspectiva do que se conhece por democracia. Debater as solicitações da sociedade, encaminhar planejamentos e efetivamente se opor à qualquer forma de repressão ou sucateamento de direitos é um dos indicadores que nos diz o quanto determinado conselho e ou não democrático; mas não para por aí, visto que o grau de autonomia em se fazer representar e construir caminhos alternativos para mediar a gestão do poder também é outro indicador importante. Entre lá e cá é determinante que se desenvolva a consciência do papel social que se representa e mais do que isso, agir de acordo com a mesma, notadamente nos acordos sociais estabelecidos.

O debate que se constrói em torno dos interesses dos cidadãos, da tipologia de escola e dos sujeitos a serem formados, dos recursos empregados, dentre outros configuram-se como parte de encaminhamentos de políticas educacionais e a partir de planejada a sua execução, cabe a sociedade por meio de seus representantes monitorarem a sua implementação, sinalizando para os processos, dificuldades e possibilidades de aperfeiçoamento da política ou a sua não legitimação, se for o caso. Isso não ocorre quando a participação é colocada em segundo plano ou ainda se for apenas formal. Nesse contexto, faz sentido, quando Bobbio diz que “uma participação insuficiente debilita a democracia.

Saber o que é a democracia e ficar apenas como espectador como se o papel a ser desempenhado fosse o de ‘juiz’ ou ainda como “comentarista” social do que não foi feito é reduzir, por um lado, qualquer ideia de democracia e representatividade a um nível considerável de descompromisso social, por outro lado, há aqueles que preferem simplesmente criticar negativamente determinada situação – como se o universo estivesse numa espécie de conspiração e refugiar-se em sua “inocência” ou “ignorância” que o vitima e a seus semelhantes – eis aí, um perigo, visto que dizendo-se alfabetizado, não consegue enxergar que está assumindo o papel de um analfabeto político, a isso crê-se que:

O pior analfabeto é o analfabeto político. Ele não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos. Ele não sabe que o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio dependem das decisões políticas. O analfabeto político é tão burro que se orgulha e estufa o peito dizendo que odeia a política. Não sabe o imbecil que, da sua ignorância política, nasce a prostituta, o menor abandonado, e o pior de todos os bandidos, que é o político vigarista, pilantra, corrupto e lacaio dos exploradores do povo. (Bertold Brecht)

Por outro lado, observa-se que, por meio de interesses velados ou base ideológica explícita, alguns dentre os cidadãos em várias agências ou colegiados tentam e muitas vezes conseguem “arrebatar” pessoas ao seu modo particularista de enxergar a sociedade e isso a enfraquece, visto ser objeto de desejo pelo poder, canalizando discursos e dissolvendo qualquer possibilidade de intervenções mais reais quanto aos interesses sociais. A participação efetiva dos conselhos municipais de educação por meio dos representantes da sociedade deve desenvolver-se na observação do cumprimento do interesse pública e ao mesmo tempo no “policiamento” de sua própria não cooptação, bem como do conjunto de pessoas que representam a sociedade. Há muitas lutas por se fazer, daí ser necessário uma sociedade pluralista, sem ingenuidade, consistente sem se deixar convencer por discursos

*Editor responsável. Docente do PPGED e do Departamento de Ciências Humanas e Educação. E-mail: paulolima@ufscar.br



particularistas, com força e vontade política, sem deixar de entender o sentido e o significado da democracia convencionada, já que é objeto do consenso de grande parte da sociedade.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, N. *Dicionário de política*. Trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. 11. ed. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1998.